

# NOTA

## ADUFRJ E SINTUFRJ

30 de abril de 2020.

A reitoria colocou simultaneamente em circulação dois formulários que provocaram insegurança na comunidade universitária, dado o momento político do país e a insistência do governo federal em atacar os servidores públicos e buscar mecanismos para reduzir nossa renda e direitos trabalhistas.

Reconhecemos a importância da universidade se conhecer melhor e ter dados mais precisos para definir políticas institucionais fundamentadas em dados objetivos e referenciada em situações reais, abandonando o amadorismo e narrativas fundadas em intuições que ainda prevalecem em muitas práticas institucionais. Consideramos que o formulário que busca informações sobre o trabalho remoto aponta neste sentido.

Entretanto, o tempo em que vivemos – onde temos no ministério da educação um inimigo declarado, desrespeitoso e irresponsável, assim como no ministério da economia, que repetidas vezes escolhe o serviço público como vilão para todos os males nacionais – marca com desconfiança e desesperança tudo que vier da esfera de poder federal.

Nesse sentido, a divulgação dessas pesquisas deveria ser precedida de uma campanha maior de esclarecimento sobre seus propósitos. A respeito do formulário que indaga sobre quais as condições objetivas para o desempenho de atividades remotas, consideramos ser importante o seu preenchimento, pois assim teremos uma primeira base para iniciarmos uma discussão mais ampla, complexa e aprofundada sobre as possibilidades e limites para o desenvolvimento de atividades remotas. É fundamental que esse debate envolva estudantes, professores e técnico-administrativos, pois não serão apenas os dados objetivos que trarão as respostas que necessitamos, mas a mobilização efetiva da comunidade para pensar um modo qualificado e inovador de enfrentar os desafios de uma universidade pós-quarentena.

Em relação aos formulários encaminhados pela PR4 sobre o trabalho remoto dos docentes e técnico-administrativos, solicitados pelo Ministério da Economia, a desconfiança se justifica pelo interesse expresso de forma inequívoca pelo governo de retirar benefícios e reduzir nossos vencimentos. Acrescentamos a isso que não podemos aceitar a violação do direito que todos os cidadãos têm de não revelar ser portador de qualquer patologia ou situação incapacitante. Dessa forma, ninguém poderá ser obrigado a se auto declarar incapacitado para o trabalho.

Hoje realizamos uma reunião com a professora Denise Carvalho para dirimirmos qualquer dúvida a respeito desse processo. Reafirmamos que a Adufrj e o Sintufrj seguem atuando conjuntamente, não só no âmbito interno, mas também na esfera jurídica. Nosso interesse é encontrar um caminho democrático e plural, preservando a autonomia universitária e direitos fundamentais de todos que trabalham e estudam na UFRJ.

**Saudações sindicais,**  
**Direção da ADUFRJ / Direção do SINTUFRJ**

**AdUFRJ** **Sintufrj**  
PROFESSORES DA UFRJ  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
Gestão Ressignificar